

## **BASTA!**

**Paulo Timm – junho 16**

Posso estar enganado. Afinal, se às vezes eu me engano, por que não sobre esse assunto?...Mas acho que Temer está soçobrando. A vitória no TSE foi uma vitória de Pirro. Caiu muito mal em muitos setores. Ela demonstrou que as instituições superiores se contaminaram com a crise política. E trouxe uma conta insuportável para a área econômica que está reagindo com firmeza às tentativas do Palácio de COMPRAR sua sobrevivência com verbas para Governadores, Prefeitos e Deputados. Marcos Lisboa, Presidente do INSPER deu o recado: O Governo fracassou. FHC que estava contempORIZANDO com a sobrevivência de Temer, explodiu: Quer as DIRETAS JÁ. Até os evangélicos estão avisando que estão cansados. São os únicos que ainda enchem as ruas e estádios. Fim de semana tem PARADA GAY em S.Paulo calculando-se que 2,5 milhões tomarão as ruas. Se resolverem dar um caráter FORA TEMER às suas alegres bandeiras, a coisa preteia. Só faltará, mesmo, Jungman, dar o recado marcial das armas: Basta! Não adianta mais fazer de conta que está tudo normalizado. Não está. E Temer não tem a menor condição de viajar para o exterior. Só se for pra ficar na SUIÇA.

## **Fernando Henrique pede a renúncia de Michel Temer !**

**Segundo o site da revista VEJA, o ex-presidente Fernando Henrique pediu hoje (15/06) a renúncia de Michel Temer !**

‘Se ficar difícil, cabe a quem tem responsabilidade renunciar’. Para o ex-presidente FHC, dependendo das explicações que Temer apresentar para a denúncia da PGR, não restará melhor saída que ‘tomar ele próprio a decisão’.

Para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer terá uma chance de “se explicar ao país” no momento em que a Procuradoria-Geral da República oferecer denúncia contra ele. Mas, a depender dessa explicação, e do surgimento de fatos novos, não restaria ao presidente melhor saída que “tomar ele próprio a decisão”.

O comentário mais ameno entre os críticos da decisão do PSDB de permanecer no governo foi que, com ela, o partido deixou de se diferenciar do PT no plano ético e se igualou ao PMDB no modo de fazer política. O senhor discorda disso?

Eu compreendo esse modo de ver as coisas. Porém, se você encarar de outro ponto de vista, o que houve foi que o PSDB pesou o que aconteceria com o governo e com o país. Não foram todos, claro. Uns tomaram a decisão pensando em si, outros pensando na imagem do partido. Quando se pensa na questão com mais responsabilidade, o que se conclui é que o PSDB, ao sair, tira o tapete do governo. E fazemos o que depois? A racionalização da questão

por parte dos mais responsáveis é que a saída do PSDB do governo desequilibra o sistema. Mas, como a situação está complicada e a cada dia há fatos novos, é natural que as pessoas mais responsáveis também acompanhem essas transformações.

Qual o limite de tolerância do PSDB?

Acho que já passou do limite.

Então o que falta para o partido desembarcar?

Os fatos vão aparecendo semana a semana. A questão que vai se colocar, vai continuar se colocando, é como o governo vai reagir ao que está aí. O governo vai convencer a sociedade de que aquela conversa com o Joesley foi apenas uma cilada ou onde tem fumaça tem fogo?

Conteúdo Veja, assinado pela jornalista Thaís Oyama

## FH sugere que antecipação de eleições seria 'gesto de grandeza' de Temer



***Ao GLOBO o ex-presidente diz que não é possível prever se a medida seria capaz de manter Temer no poder até a aprovação de uma PEC.***

Silvia Amorim, O Globo

SÃO PAULO - Com o PSDB rachado e sob o risco de não ser uma alternativa eleitoral competitiva para 2018, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defende agora que um gesto de grandeza do presidente Michel Temer seria pedir antecipação de eleições gerais. A posição de FH consta em uma nota encaminhada ao GLOBO na manhã desta quinta-feira.

No texto, que também foi enviado à agência Lupa, FH começa dizendo que sua percepção sobre a situação política do Brasil tem sofrido “abalos fortes”. Para ele, falta “legitimidade” a Temer para governar e o país vive um tipo de “anomia” (falta de regras, desorganização). Diante desse cenário, o ex-presidente diz ter mudado de opinião de que seria um golpe a convocação de eleições antes do término do mandato de Temer, em 2018.

“A ordem vigente é legal e constitucional (daí ter mencionado como ‘golpe’ uma antecipação eleitoral) mas não havendo aceitação generalizada de sua validade, ou há um gesto de grandeza por parte de quem legalmente detém o poder pedindo antecipação de eleições gerais, ou o poder se erode de tal forma que as ruas pedirão a ruptura da regra vigente exigindo antecipação do voto”, escreveu o tucano na nota.

A tese de eleições antecipadas para interromper o governo Temer é bandeira dos partidos de esquerda, liderados pelo PT. Essa possibilidade não havia encontrado abrigo no PSDB até então, inclusive FH se manifestou anteriormente classificando-a como golpe.

Para que haja eleições antecipadas, é preciso alterar a Constituição por meio de uma proposta de emenda constitucional no Congresso (PEC). Ao GLOBO, FH disse na tarde desta quinta-feira que não é possível saber se a medida seria capaz de manter Temer no poder até a aprovação de uma PEC.

— A volatilidade da conjuntura política é de tal ordem que qualquer prognóstico se torna precário. Vivemos, como diria o dr. Ulysses (Guimarães), sob os impulsos de sua excelência O Fato — afirmou.

O tucano também defendeu que uma eventual antecipação das eleições gerais de 2018 seja precedida de mudanças na legislação eleitoral. Mas não mencionou qual seriam elas.

— Não obstante e ainda mais por isso, devemos obedecer estritamente a Constituição. Novas eleições requerem emenda constitucional que, a meu ver, deveria ser antecedida por mudanças na legislação eleitoral. Portanto, tudo ocorreria mais facilmente com a anuência do presidente.

O novo posicionamento do ex-presidente surge na mesma semana em que o PSDB sofreu novo desgaste político ao decidir que continuará no governo Temer, apesar de parte do partido pressionar pelo desembarque. A decisão expôs um racha na legenda. O ex-ministro de FH Miguel Reale Junior, autor o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, anunciou sua desfiliação, acusando o PSDB de estar se “peemedebizando”.

Fernando Henrique diz na nota que os partidos precisam pensar no país e não em interesses partidários neste momento. “Ou se pensa nos passos seguintes em termos nacionais e não partidários nem personalistas ou iremos às cegas para o desconhecido”, escreveu.

Duas razões levaram o PSDB a permanecer no governo: evitar que o PMDB apoie uma cassação do mandato do senador Aécio Neves no Conselho de Ética do Senado e o risco de que, numa queda de Temer, o deputado Rodrigo Maia assumira a Presidência. Lideranças do partido temem que ele se torne um adversário de peso na eleição presidencial de 2018.

O tucano, entretanto, evita se posicionar de forma clara sobre que atitude deveria tomar o PSDB imediatamente. Ele ainda condiciona uma tomada de decisão a uma deterioração maior das condições políticas. “A responsabilidade maior é a do presidente que decidirá se ainda tem forças para resistir e atuar em prol do país. Se tudo continuar como está com a desconstrução continua da autoridade, pior

ainda se houver tentativas de embaraçar as investigações em curso, não vejo mais como o PSDB possa continuar no governo."

Para resumir o cenário, o tucano retoma a metáfora da "pinguela", que usou ainda no início do governo Temer para resumir o papel do peemedebista naquele momento político brasileiro. "Preferiria atravessar a pinguela, mas se ela continuar quebrando será melhor atravessar o rio a nado e devolver a legitimação da ordem à soberania popular", diz a nota.

### **Leia a íntegra da nota de Fernando Henrique Cardoso:**

*"A conjuntura política do Brasil tem sofrido abalos fortes e minha percepção também. Se eu me pusesse na posição de presidente e olhasse em volta reconheceria que estamos vivendo uma quase anomia. Falta o que os politicólogos chamam de 'legitimidade', ou seja, reconhecendo que a autoridade é legítima consentir em obedecer.*

*A ordem vigente é legal e constitucional (dai o ter mencionado como "golpe" uma antecipação eleitoral) mas não havendo aceitação generalizada de sua validade, ou há um gesto de grandeza por parte de quem legalmente detém o poder pedindo antecipação de eleições gerais, ou o poder se erode de tal forma que as ruas pedirão a ruptura da regra vigente exigindo antecipação do voto.*

*É diante desta perspectiva que os partidos, pensando no Brasil, nas suas chances econômicas e nos 14 milhões de desempregados, devem decidir o que fazer.*

*A chance e a cautela a que me refiro derivam de minha percepção da gravidade da situação. Ou se pensa nos passos seguintes em termos nacionais e não partidários nem personalistas ou iremos às cegas para o desconhecido.*

*A responsabilidade maior é a do Presidente que decidirá se ainda tem forças para resistir e atuar em prol do país.*

*Se tudo continuar como está com a desconstrução continua da autoridade, pior ainda se houver tentativas de embaraçar as investigações em curso, não vejo mais como o Psdb possa continuar no governo.*

*Preferiria atravessar a pinguela, mas se ela continuar quebrando será melhor atravessar o rio a nado e devolver a legitimação da ordem à soberania popular.*

*É este o sentimento que motiva minhas tentativas de entender o que acontece e de agir apropriadamente, embora nem sempre no calor dos embates diários e de declarações dadas às pressas tenha sido claro nem sem hesitações.”*

## **Há retrocessos na agenda econômica do país, diz Marcos Lisboa**

O governo do presidente Michel Temer teve desde o início uma postura ambígua em relação às contas públicas, com medidas de ajuste fiscal de um lado e "retrocessos" do outro. Mas nos últimos tempos a administração "só tem dado passos para trás", tanto no campo fiscal quanto em relação à atividade.

A análise é de Marcos Lisboa, presidente do Insper. "As medidas que são discutidas [atualmente] têm mais a cara do governo anterior do que o que a gente assistiu há um ano [no início do governo Temer]", afirma.

Lisboa isenta de culpa a equipe econômica, a quem chama de "muito competente", mas diz que medidas como o novo Refis ameaçam tanto as contas públicas quanto, em um segundo momento, a retomada cíclica da atividade.

O cenário para o crescimento do PIB, no entanto, é, na visão dele, muito complicado. "Da renda nacional que caiu 7%, podemos recuperar uns 3% ou 4% nos próximos anos, o que é muito bom em comparação com a situação em que a gente estava antes. Isso não se confunde com o crescimento sustentável", diz Lisboa. Ele cobra mudanças tributárias, investimentos em infraestrutura e melhoria do ambiente de negócios.

No curto prazo, a incerteza política resulta em uma "economia mais fraca", o que permitiria ao BC manter "o ajuste da política monetária". Mas "caso o agravamento fiscal continue e seja retomada a agenda de medidas paliativas de estímulo, o resultado pode ser ainda pior: podemos terminar retomando a trajetória de 2015". A seguir, trechos da entrevista:

Valor: Como fica o cenário para a economia depois do julgamento do Tribunal Superior Eleitoral?

Marcos Lisboa: É um debate mais para a política do que para a economia. O que posso dizer é que a gente tem assistido nas últimas semanas um retrocesso muito grande na agenda econômica, o que é preocupante, tanto nos Estados quanto no governo federal.

Valor: Quais retrocessos?

Lisboa: A discussão sobre a convalidação dos incentivos fiscais. Será que, depois de décadas tentando desenvolver as regiões menos favorecidas do país por meio de incentivos fiscais, e o fracasso a que isso levou, as pessoas não entenderam que deu errado? É surpreendente a insistência de achar que desenvolvimento é levar indústrias com incentivos, mesmo que essa indústria seja insustentável no longo prazo. Isso é um exemplo da dificuldade que temos de aprender com os erros do passado.

"Estão fazendo o Refis de novo. É inacreditável. A discussão sobre incentivo fiscal nos Estados. É um retrocesso imenso"

Valor: Quando começou esse retrocesso?

Lisboa: Escrevi no fim do ano passado, começo deste ano, que este era um governo que trazia algumas medidas importantes de ajuste fiscal, mas também muito retrocesso. É um governo ambíguo. A PEC do Teto, a discussão da Previdência, mudanças da CLT [são pontos positivos], mas também teve os reajustes salariais, um fracasso no tratamento do tema dos Estados, um fracasso monumental, que pode gerar uma crise talvez sem precedentes. E, pelo visto, as decisões mais recentes vão nessa linha. É sempre um governo com uma relativa ambiguidade, mas de um tempo para cá só tem dado passos para trás. Parou a reforma da Previdência, e as medidas que são discutidas têm mais a cara do governo anterior do que o que a gente assistiu há um ano. Imaginar que a retomada da economia virá com medidas de estímulo fiscal, com gastos, ampliando benefícios para setores produtivos, é não entender o que trouxe o Brasil à grave crise dos últimos anos.

Valor: A quais estímulos o sr. se refere?

Lisboa: O FGTS ou a demanda do setor privado de retomar incentivos, toda a reação que teve à ordenação da casa do BNDES, ao fim do conteúdo nacional. Essas medidas podem ter sido até benéficas para alguns interesses privados, mas certamente fracassaram para o Brasil. Parte da grave crise que o país vive vem dessa agenda de estímulo e de incentivos e da forma incompetente como ela foi adotada. Não é à toa que Brasil gastou o que gastou com crédito subsidiado, um Plano Marshall, e o resultado foi ruim. Pelo contrário, você conseguiu criar uma capacidade ociosa imensa em atividades produtivas e não aumentou o crescimento da geração de renda.

Valor: Então, esses problemas já vêm de antes do agravamento recente da crise política?

Lisboa: Há uma equipe econômica muito competente que começou a tentar enfrentar os problemas, mas sempre houve medidas ambíguas, como reajustes salariais e derrotas imensas como a questão dos Estados, a última versão do Refis. Entre decisões equivocadas e derrotas, teve muito retrocesso. Mas eles se agravaram mais recentemente.

Valor: Diversas instituições revisaram projeções de PIB para baixo, tanto as deste ano quanto as do ano que vem. O crescimento menor está cada vez mais provável?

Lisboa: É preciso separar duas coisas, porque há uma confusão no debate. Há um quadro de estabilidade e de trajetória fiscal que permite diminuir juros sem aumentar a inflação e um pouco do que se perdeu nos últimos anos. Uma coisa é ocupar trabalhador desempregado, isso vai aparecer nos números como um crescimento. É bacana, mas isso é recuperação do PIB. O Brasil tem o que chamo de janela de oportunidade. Pode recuperar um pouco do que perdeu nos últimos anos. Da renda nacional, que caiu 7%, podemos recuperar uns 3% ou 4% nos próximos anos, o que é muito bom em comparação com a situação em que a gente estava antes. Isso não se confunde com o crescimento sustentável. Se o PIB vai crescer 1%, 1,5%, 2% no próximo ano ou um pouco mais, isso não se confunde com crescimento sustentável, que é aumento da capacidade produtiva, investimentos em infraestrutura. Isso requer um futuro, uma perspectiva que o Brasil hoje não tem, que é colocar a macroeconomia em ordem de forma sustentável, acertar o caos tributário que o país está vivendo.

Valor: Não há uma perspectiva de crescimento sustentável...

Lisboa: Hoje é muito difícil ter um investimento sustentável dada a complexidade tributária no governo federal e nos Estados. Talvez depois da questão fiscal, o tema mais relevante do país seja enfrentar essa complexidade tributária. Como você monta um plano de negócio de dez anos se não sabe como vai ser a estrutura tributária? E se há dúvida até sobre a interpretação da norma e se ela muda o tempo todo? Sem equilíbrio fiscal, não vai ter estabilidade tributária. Então tem muita incerteza para que o investimento de fato volte.

"Em vez de uma agenda construtiva para tirar os Estados da pobreza, insistem em uma agenda velha e que fracassou"

Valor: Mas há recursos entrando...

Lisboa: O que temos hoje é algum dinheiro estrangeiro entrando para comprar renda fixa, dinheiro para comprar fábricas e concessão que já existe. Mas recursos para construir novas fábricas, aumentar capacidade de geração de renda, melhorar estrutura portuária, de transportes, estamos nessa lenta decadência da capacidade produtiva há muitos anos. Os bancos podem estar revendo o tamanho da recuperação de parte do que foi perdido, que depende do cenário de curto prazo, mas no longo prazo, de retomada da ampliação da capacidade produtiva, de investimento em inovação e em infraestrutura, isso sem a questão fiscal bem encaminhada e sem uma agenda de melhora do ambiente de negócios, não vai ter. Com a volta do que a gente viu nos últimos oito anos, crédito subsidiado, conteúdo nacional, estímulo a grupos de interesses, o Brasil não vai voltar a crescer. Essa foi a rota que trouxe o Brasil à crise. Se essa agenda volta, volta a crise.

Valor: O sr. vê um retorno a essa agenda?

Lisboa: Estão fazendo o Refis de novo. É inacreditável. Depois de tantos fracassos, mais um Refis. A discussão sobre incentivos fiscais nos Estados. Isso é um retrocesso imenso. É a visão do Brasil velho, que acha que vai tirar Estado pobre da pobreza fazendo fábrica de caminhão, de carro, de cosmético. Não vai, não é isso que vai tirar Estado da pobreza. Um pequeno grupo se beneficia, mas o saldo líquido para o país é pior. Os Estados fazem isso em vez de políticas que promovam o desenvolvimento, como melhorar a qualidade da educação, enfrentar as corporações locais, melhorar o ambiente de negócios, criar condições para jovens empreendedores. Em vez de uma agenda construtiva para tirar os Estados da pobreza, eles insistem em uma agenda velha, que vem desde a Sudene, desde os anos 60 e que fracassou. É uma pena.

Valor: Qual espaço o BC tem para ajudar pelo menos nessa recuperação mais cíclica?

Lisboa: No curto prazo, o efeito da incerteza política pode ser prejudicar a recuperação cíclica, o que permite a política monetária continuar o ajuste. A razão, porém, não é boa: economia mais fraca! Aí é preciso ter cautela. Infelizmente, com a agenda avançando, você tem um espaço muito grande de corte de juros no curto prazo, porque a economia estava em recessão e você conseguia fazer isso sem aumentar a inflação. Caso o agravamento fiscal continue e se retome a agenda de medidas paliativas de estímulo, no entanto, o resultado pode ser ainda pior: podemos terminar retomando a trajetória de 2015. Se a gente lembrar do fim do governo anterior, teve aquele momento de uma grave recessão com inflação. Espero que a gente não volte a isso.

Valor: Esse risco está no horizonte?

Lisboa: Espero que a lição dada pela política econômica entre 2010 e 2015 tenha sido suficiente. Mas dependendo do que for feito, a gente pode voltar àquilo sim. A insegurança sobre o andamento das reformas pode trazer aquela crise de volta. Esse é um ponto importante. Qual a causa da crise fiscal lá atrás? Você tinha uma agenda fiscal insustentável. O país caminhava para uma dívida impagável, numa trajetória explosiva de relação dívida/PIB, que levaria à moratória ou inflação elevada, isso se traduzia em piora dos juros de mercado e naquela combinação perversa de recessão pesada com inflação. O que houve de um ano para cá, foi que o país sinalizou um compromisso com uma agenda fiscal mais sólida, o que permitiu a queda das curvas de juros de mercado e que o BC reduzisse os juros com inflação em queda. À medida que voltam as incertezas sobre o fiscal, os problemas do passado voltam. E voltam em um momento em que o país está mais envelhecido, com gastos de aposentadoria crescentes. Para estabilizar a dívida, precisa de um primário de R\$ 250 bilhões. Temos hoje um déficit de R\$ 135, R\$ 140 bilhões, e essa agenda fiscal de curto prazo não está avançando. Sem esse ajuste, o país vai continuar se endividando, o cenário anterior retorna.

Valor: E ainda há a crise dos Estados...

Lisboa: Quanto mais se demora a enfrentar problema dos Estados, pior ele fica, pelo envelhecimento dos servidores. Estados em vez de enfrentarem problemas fiscais, que são as aposentadorias, ficam tomando medidas paliativas. Vários Estados podem chegar a insolvência em 2019. É um cenário de preocupação. Aquela agenda que estava andando, se ela para de andar, as

coisas pioram. As contas públicas do Brasil, se você não faz nada, elas pioram. Isso é a inação combinada com volta das medidas paliativas. Espero que essa seja só uma ameaça temporária à agenda de reformas e que essas medidas paliativas não sejam efetivadas.

## DUPLO ENGANO DA ELITE

**Cesar Fonseca –**

**[www.independenciasulamericana.com.br](http://www.independenciasulamericana.com.br)**



Zarattini,

líder do PT, abre espaço para o pacto, na GloboNews, antes de FHC se adiantar em favor das diretas, frente à bancarrota tucana aliada ao PMDB de Temer

Os industriais de São Paulo se voltaram contra Lula e Dilma, como fizeram com Getúlio, porque o fortalecimento das demandas dos trabalhadores, atendidas pelo nacionalismo lulista-dilmista, empoderou a classe operária. Estava aberto espaço às reformas políticas voltadas à democratização do poder, depois de quatro vitórias eleitorais consecutivas do PT e aliados, mesmo sob sistema eleitoral elitizado, corrupto etc. A elite, aliando-se ao capital internacional, preferiu derrubar Lula-Dilma, que garantia sua taxa de lucro para enganar-se com Temer, assim como se enganou com FHC. Fez isso com medo da emergência nacionalista distributivista. O resultado de um ano de golpe político apoiado na aliança PMDB, que traiu PT, com PSDB, é o que se vê, agora: desastre total. Depois de resistir às diretas como saída institucional da crise que ela mesma criou, a elite, com o tucano FHC à frente, dá meia volta e parte também para defesa das diretas contra Temer-PMDB. Vem aí, agora, numa reviravolta histórica: união PT-PSDB? Sem PMDB? Ou pintará um novo pacto

PT-PSDB-PMDB, admitido pelo líder petista, deputado Zarattini, a Miriam Leitão, na Globonews? Nova geleia geral brasileira à vista.

10 Junho 2017

## **Falência institucional**

<http://sergioabranches.com.br/politica/138-falencia-institucional>

Sergio Abranches

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se negando a cassar a chapa Dilma-Temer revelou as disfuncionalidades e defeitos de nosso sistema de pesos e contrapesos eleitorais. O reconhecimento unânime de que havia evidências de crimes gravíssimos, acompanhada do não recebimento da denúncia de que esses crimes viciaram a eleição mostrou mais que uma contradição lógico-jurídica. Os crimes não foram detectados em tempo hábil. Uma vez detectados e comprovados, não foram considerados por quatro dos sete ministros e, por isso, ficaram impunes na instância eleitoral. Em poucas palavras, é um sistema falido.

A primeira disfuncionalidade do TSE está na sua própria composição. Um tribunal de juízes itinerantes que produz discontinuidades recorrentes nos processos. Um colegiado no qual advogados atuam como se magistrados fossem, mas que, na verdade, mostram a lógica e o ethos da advocacia e não da magistratura. Não é trivial o fato de que, como advogados especializados em direito eleitoral se adquirem notoriedade e relações, que aumentam a chance de se tornarem ministros do TSE. Como ministros, ganham reputação e recursos de influência que lhes dão vantagens inegáveis, ao retornar à banca. É mais que impedimento eventual. É uma via institucionalizada e legal para a contaminação do processo pela ótica da advocacia, exercida do lado judicante da bancada. Aliás os votos dos dois ministros-advogados, fez justiça à advocacia, mas rasuraram a função

precípua da magistratura. Advogados são fundamentais e devem ter direitos e prerrogativas plenas como garantidores do contraditório e do devido processo. Mas do lado das partes na bancada, não do lado dos juízes. Principalmente quando o julgamento envolve a tutela de direitos indisponíveis.

A palavra chave no julgamento da chapa presidencial era lisura eleitoral, que o tribunal deveria resguardar e que confere ao juiz poderes amplos de investigação. Poderes não para investigar qualquer situação, em desconexão com a petição inicial. Mas amplos o suficiente para alcançar evidências de fatos e atos diretamente relacionados à fraude alegada na inicial, ainda que tenham sido revelados posteriormente ao início do processo e, por isso, não pudessem ser nele ser arrolados. A causa do pedido era cristalina. As provas no processo diziam respeito a ela diretamente.

As justificativas da decisão por maioria de não acolher os pedidos e cassar a chapa condenam a justiça eleitoral. Pois o que se disse é que foram comprovados crimes de máxima gravidade e que estes devem ser apurados e punidos nas instâncias adequadas. Mas não poderiam ser considerados naquele julgamento. Ora, não é preciso muito esforço de argumentação para mostrar a justaposição entre crime eleitoral e crime comum, ainda que de gravidade incomum. Se a justiça eleitoral abdica de julga-los, decreta sua própria inocuidade.

No processo eleitoral, esse mesmo crime de dupla face, uma eleitoral e a outra criminal, teria como punição definida em lei a cassação do registro ou do mandato. No processo crime, a prisão. E ainda poderia haver implicações cíveis, passíveis, também, de processo em instância própria, levando a indenizações e outras penalidades.

Os tribunais estão cheios de processos tratando do mesmo fato, com implicações cíveis e criminais, correndo paralelamente nas

varas pertinentes. Com a decisão do TSE, se ele fosse fechado hoje e a justiça penal punisse adequadamente esses crimes, a democracia ganharia.

A celeridade lembrada por aqueles como argumento para votarem em favor da impunidade eleitoral serviria melhor à causa democrática, se utilizada para não deixar as fraudes impunes, punindo-as em tempo hábil, de preferência antes da diplomação dos eleitos, evitando que os postos eletivos sejam exercidos sem direito e sem legitimidade. No caso da chapa em julgamento, o mandato já ia para lá da metade e o titular já sofrera impeachment, estando no cargo o vice. Há, hoje, um número incontável de políticos exercício do mandato que usurparam o eleitor, por meio de fraude, competindo de forma ilícita e desleal e ludibriando o eleitor com caros artifícios de campanha financiados com o resultado da corrupção.

O TSE se dividiu entre duas agendas. Uma jurídico-política, que objetivava assegurar a lisura eleitoral, garantia da soberania do voto popular, defendida pelos ministros Herman Benjamin, Luís Fux e Rosa Weber. Essa é a agenda democrática.

A outra agenda, vencedora, é puramente política, foi articulada pelo presidente do TSE, Gilmar Mendes, de garantia da “estabilidade do mandato”. Visava a garantir a permanência de Temer no poder. Ainda que ao preço de desacreditar definitivamente a justiça eleitoral.

A cassação de uma chapa presidencial, ao contrário do que diziam os argumentos vociferados pelo presidente do TSE, não criaria instabilidade perigosa para a democracia. Seria uma punição exemplar, a indicar que, também na seara eleitoral, as elites serão punidas, não apenas a arraia miúda. À punição de grandes empresários e políticos outrora poderosos, presos em decorrência da Lava Jato por envolvimento ativo ou passivo no mesmo

esquema de corrupção político-eleitoral em julgamento no TSE, somar-se-ia a cassação da chapa presidencial, por crime eleitoral. Essa decisão, que o TSE perdeu a oportunidade de tomar, fecharia o circuito de ações que constituiriam poderosos desincentivos à corrupção e poria fim à impunidade dos poderosos, em todas as instâncias.

Estabilidade é o que esta decisão não trará. As consequências políticas dessa leniência deliberada são muito preocupantes. Livre do TSE, Temer continua um presidente agônico, sob ameaça da justiça, agora criminal. Portanto, usará todos os poderes e influência residuais que lhe restam, para obstruir a justiça e tentar travar a Lava Jato. O ministro Gilmar Mendes tem investido contra o ministério público, contra as prisões preventivas e contra as colaborações premiadas. É tudo parte da mesma agenda política. Ela pretende neutralizar instrumentos que têm se mostrado os mais eficazes de que se tem notícia história do Brasil no combate à corrupção.

A agenda de reformas econômicas será usada como pretexto. Mas a única agenda hoje ativa no país é a de paralisar o combate à corrupção, blindar e deixar impunes os políticos sob investigação na Lava Jat

o. Um projeto que une todo o governo e uma boa parte da oposição. Usam os mesmos argumentos para desacreditar as investigações e os meios que as viabilizam, investem contra os mesmos protagonistas da Lava Jato. Cria-se um ambiente pernicioso, antipolítica, que pode facilmente voltar-se contra o próprio estado democrático direito.

O antivírus mais eficaz para evitar a total contaminação do tecido democrático por essa investida paralisante seria a ação ativa de

lideranças políticas, sociais e econômicas mobilizando a sociedade a favor do estado democrático de direito. Tanto as lideranças já conhecidas, quanto aquelas que preferem discreta presença pública, mas têm demonstrado capacidade de persuasão e orientação fora dos holofotes da política.

Digo isso, não como uma peroração moral, ou normativa, mas em resposta ao diagnóstico, que compartilho, de analistas e observadores da política brasileira, de que vivemos uma crise de lideranças. Mas nós temos lideranças de qualidade, talentos em profusão na sociedade, que ainda hesitam em participar de forma mais ativa da cena pública.

### **Opinião do Nassif: a guerra entre os poderes**

<http://jornalggn.com.br/noticia/opiniao-do-nassif-a-guerra-entre-os-poderes>

TER, 13/06/2017 - 16:55

ATUALIZADO EM 13/06/2017 - 17:13

*Única saída contra o caos institucional brasileiro é um novo pacto para recompor o centro político; lideranças de todos os matizes abrir diálogo*

Até antes de se consolidar o golpe parlamentar que derrubou a presidente Dilma Rousseff se pensava que a Constituição Federal de 1988 com seu conjunto de regras, estabelecimento de pontos para o equilíbrio entre os poderes e formas de autorregulação, estava segura. Mas os últimos tempos subverteram essa tese e hoje o país vive um completo caos institucional.

Talvez exista um lado bom de tudo isso, que é conseguir, a partir da análise da crise brasileira, entender o real impacto dos desmontes institucionais em um país. Pouco antes do golpe, já era visível que faltava no Executivo - então ocupado por Dilma - um estadista forte. No decorrer do processo, verificamos que o Legislativo e o próprio Judiciário sofriam também com a ausência de Estadistas.

Veja agora, por exemplo, a recente denúncia publicada pela revista Veja afirmando que o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, estaria sendo grampeado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em um país de estadistas o presidente do STF convidaria o presidente da República para uma reunião em particular, para colocar tudo em pratos limpos. Entretanto, sem dar tempo para apurar a denúncia, a atual presidente do Supremo, Carmen Lucia, soltou uma nota declarando guerra entre os poderes. E, pouco tempo depois, nessa segunda (12), soltou uma nova nota afirmando que não se deve duvidar da palavra de um Presidente, se esquecendo que Temer omitiu da agência oficial, portanto mentiu, uma viagem que fez com o jato da JBS.

Outro exemplo do caos institucional é a relação tensa entre um procurador de primeira instância, Deltan Dellagnol, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Isso poderia ter sido evitado lá atrás, quando ocorreram os primeiros vazamentos de informações da Lava Jato para a mídia e se iniciou um movimento de protagonismo dos agentes ligados à operação. Se naquele momento tivéssemos um Procurador-Geral com noção de institucionalidade no cargo e dimensão de estadista, a primeira atitude que teria tomado seria chamar os responsáveis da Lava Jato para conversar e impor sua liderança, mostrando a necessidade de mais tempo em cima de cada investigação e estabelecendo limites para não quebrar empresas importantes à economia evitando assim o carnaval que vemos na mídia.

Assim, quando olhamos todos os pontos das instituições brasileiras observamos que vivemos sob um caos total, e tudo isso coberto pelo celofane da mídia, que foi a primeira que começou com essa brincadeira de achar que é possível destruir um partido político e uma liderança, que o resto continuaria normal.

A reconstrução de todas as estruturas depende, invariavelmente, de um pacto. Em algum momento ele terá que ser construído. E não estamos falando de um pacto do modelo que vigorou com grandes empresas, que tinham certo protagonismo político, e acabaram negociando com uma quadrilha que impôs um conjunto de reformas, sem negociação.

O Brasil não terá saída fora do entendimento. Fora do entendimento a opção é militar. Por mais que o general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas seja um legalista, esse seria um cenário doloroso na história do país, e o vácuo civil vai acabar com o pessoal batendo na porta dos militares.

Se esse pacto vai acontecer na forma de uma constituinte nova, ou nas próximas eleições, ou em cima de um nome que consiga reorganizar o centro político, não se sabe. Mas sem a conversa o país não terá alternativas que não seja o aprofundamento do caos. E quando se entra na conversa tem um personagem central que é o Lula. Por isso a perseguição implacável sobre ele é vergonhosa, seja em cima dele ou em cima de Fernando Henrique Cardoso, José Serra ou Aécio Neves. Porque o problema é como estão alcançando isso, em cima da delação premiada, um instituto precioso para apurar crimes, mas que no Brasil foi avacalhado na primeira tentativa, em cima de um poder arbitrário, partidário que não tem controle dos órgãos que deveriam moderar.

Sendo assim, melhor não existissem Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ou Procuradoria-Geral (que chefia os Ministérios Públicos). Se vocês não conseguem impor uma disciplina mínima sobre um sujeito deslumbrado, a exemplo de um procurador de primeira instância, para quê existir? Não tem que existir mais essas instâncias, vai o poder puro que vocês criticam tanto na Venezuela. A Venezuela é aqui!

Todo esse desarranjo terá que ter uma freada para a arrumação. Confesso que não sei se a freada seria a Constituinte, mas o primeiro passo para um pacto é começar a conversar e esquecer essa radicalização artificial que foi criada pela mídia esse tempo todo entre chavistas e nacionalistas. As lideranças mais racionais, incluindo do meio empresarial, têm que começar a conversar para tentar, de alguma maneira, recompor esse centro.



## De volta ao muro

15 de junho de 2017 - <https://marcoanogueira.pro/de-volta-ao-muro/>

Marco Aurélio Nogueira Notas e comentários, Política nacional

É preciso olhar com cuidado e respeito a decisão tomada pelo PSDB de permanecer apoiando o governo Temer.

Tratou-se de uma decisão partidária, tomada em uma época de partidos políticos divididos, frágeis e autocentrados, obcecados com a questão da conquista do poder.

Partidos são estruturas associativas complexas, que se dedicam, em primeira instância, à conquista e ao manejo do poder político. Dedicam-se também a organizar, educar e direcionar grupos, classes, interesses da sociedade, sendo que os mais coerentes fazem disso a sua razão de ser.

O PSDB nasceu coerente, com um olhar concentrado no social, na intelectualidade, na tarefa de formular uma proposta para o país. Progressivamente, foi-se convertendo em uma máquina voltada para o poder, o governo, a “conquista do Estado”. Dobrou-se ao

pragmatismo e ao “realismo”, como de resto também fez seu irmão-inimigo, o PT.

O poder político, como se sabe, gera muitas taras e muitos problemas. Invariavelmente, atrai pelo que oferece: possibilidades de intervenção mediante políticas públicas, mecanismos de governo da sociedade, acesso aos instrumentos de uso legítimo da força. Mas o poder também seduz e cega, graças à exacerbação daquilo que lhe é inerente: prestígio, benesses, favores, prebendas, convívio com VIPs e poderosos, luxos palacianos, mordomias, homenagens.

Partidos que se deixam contagiar pela “ética da responsabilidade” de que falava Max Weber, não precisam ficar vazios de “ética da convicção”, nem precisam fazer com que toda a sua convicção se reduza ao amor pela responsabilidade. Uma boa dose de ardor cívico, paixão política, ideologia e identidade é indispensável, ajuda os partidos a não passarem com armas e bagagens para o lado escuro da força.

### ***A lógica do poder***

O PSDB nasceu socialdemocrata e até hoje alega ser essa a sua opção. Mas foi-se distanciando a pouco e pouco daquilo que engrandeceu a socialdemocracia: o reformismo social, o vínculo com grupos organizados da sociedade (sindicatos, sobretudo), uma ideia de socialismo democrático, um projeto para os mais frágeis e subalternos, a luta incansável para melhorar a condição de vida e reduzir as desigualdades.

Foi, assim, perdendo vigor, passando a se distanciar da sociedade e a se orientar pela lógica do poder. Tal inflexão ganhou corpo quando o partido se tornou oposição aos governos do PT. A cada derrota eleitoral no plano federal, o PSDB mais se refugiava na fortaleza paulista e mais abria mão de sua identidade ideológica e programática, explodindo em divisões e disputas internas. Muitos caciques e poucos índios. Depois da derrota de Aécio em 2014, o partido entrou em parafuso.

PSDB e PT alimentaram consciente e incansavelmente uma polarização desencarnada, sem ideias nem ideais, que os ajudou a permanecer no ringue e terminou, com o tempo, por fazer com que ambos se convertessem em caricaturas de si mesmos.

O PSDB impulsionou o impeachment de Dilma. Fez isso em nome da estabilidade, da governança, da austeridade, da “salvação nacional”. Deu todo apoio à ideia de se ter um governo de transição que, mantendo de pé uma “pinguela” reformista, atravessasse a pior fase da crise e entregasse o país em melhores condições para o presidente a ser eleito em 2018. Deixou todas as digitais no processo, mas pouco fez para influenciar ou direcionar o governo Temer.

### ***Em nome da transição***

O governo de transição tinha méritos próprios e razão de existir. Mas foi organizado e administrado sem determinação, deixando-se impregnar pelos interesses escusos do Congresso Nacional, pela preocupação em esvaziar a Lava Jato e recompor oligarquias e práticas clientelistas, trocando a grande política pela pequena política. Um governo de perfil “parlamentar”, que se valeu da formação de uma extensa base de apoio congressual, que em parte derivou da atuação de alguns estrategistas palacianos e em parte decorreu da convergência “natural” dos parlamentares para as proximidades do poder. Formou-se assim uma base pouco confiável, sem grandeza e sem projeto, que se refletiu na composição ministerial do governo Temer e lhe transferiu turbulência.

Tudo isso explodiu com as delações da JBS, que acertaram o presidente na testa.

O PSDB sofreu com as denúncias e o afastamento judicial de Aécio Neves, seu presidente. Viu seu espaço de manobra se reduzir ainda mais. Optou por permanecer no barco, mas sem ter forças para conduzi-lo. Dividiu-se entre “cabeças pretas” e “cabeças brancas”, sem conseguir esclarecer as razões da opção. Virou as costas para a opinião pública.

Recusou-se a aproveitar a oportunidade para se depurar e tentar retomar a imagem de antes. Largou por terra os princípios partidários. Escolheu dar sustentação ao governo Temer e nele permanecer sem exigir nada em troca e fazendo um cálculo de alto risco, qual seja, de que este será um governo com chances de acertar, quando tudo parece apontar em sentido oposto.

Precisamente por isso, o PSDB buscou se revestir de uma dose extra de maquiavelismo: melhor mesmo é que Temer fique, mas sem se fortalecer. Deste modo, o partido imagina acumular forças

para 2018, radicalizando bom e velho estilo tucano, ou seja, dizendo que fica sem ficar e que apoia sem apoiar. Pensa que, assim, acalma os “cabeças prestas” e passa uma mensagem positiva para a sociedade.

### ***Vetores em disputa***

Dos cinco vetores em interação e disputa que hoje organizam a política nacional – democratização, moralidade, constitucionalismo, garantismo, responsabilidade –, o PSDB ficou com dois. Enfatizou a responsabilidade e o garantismo, no sentido de que um eventual processo de derrubada de Temer deve seguir ritos e ritmos próprios, não pode avançar a partir do clamor das multidões.

Poderia, porém, ter explicado melhor como a adesão à responsabilidade pode dispensar a democratização e a moralidade, sem avaliar o custo e as consequências de se ter um governo fraco, sem credibilidade e sob suspeita. Pouca serventia teve, nesse caso, a fresta mantida pelo partido, para o caso de “fatos novos” forçarem uma revisão da decisão.

O governo Temer poderá concluir seu mandato, mas dificilmente terá condições de se pactuar com a sociedade. Não entrará na História pela porta da frente. Talvez nem sequer consiga ver aprovadas as reformas que defende. Chegará ao final de 2018 extenuado, isso se novas denúncias não vierem a sangrá-lo em praça pública.

O PSDB fez sua aposta. Disse que se deixou levar pela “ética da responsabilidade”, mas na verdade foi motivado por expectativas futuras. Irmanou-se como nunca dantes ao PMDB, privilegiando a autopreservação. De tabela, ambos celebraram um pacto para esvaziar a Lava Jato e escapar de suas garras. Combate à corrupção, reforma política e qualificação da democracia saíram da agenda, podem ficar quem sabe para uma etapa posterior. Algo que, com pesos diferentes, também possibilita ao PT endossar o pacto, ou ao menos apreciá-lo. Em suma, falou-se em cautela e moderação, mas a decisão empurrou o partido de volta ao muro e lhe roubou a ousadia.

Seja como for, tendo-se em vista que a decisão tucana visou a que o partido obtenha benefícios futuros, ela só pode fazer sentido sob duas condições: que o governo Temer seja bem-sucedido e que o PMDB, em retribuição, entregue todas as suas pretensões ao PSDB, em nome de uma aliança de sangue.

O que sobrou da decisão tucana foi mais um tijolo na obra de desconstrução do PSDB. Algo que cobrará um preço, do próprio partido, que prolongou sua indefinição, e da política nacional, que pode ter perdido outro personagem que faria a diferença.

Ou será que a sociedade, a opinião pública, o eleitorado, perdoarão o partido nas próximas eleições?

## **SOBRE FRENTES E PARTIDOS NA PRESENTE CONJUNTURA:**

***Eduardo Dutra Aydos***

Frentes não conformam bases sólidas para um projeto de governo, são instrumentos hábeis e úteis para enfrentar crises - especialmente crises de legitimidade (como ocorreu no Brasil com a experiência do MDB, antes da abertura política). No Brasil contemporâneo, a única frente que me parece plausível seria uma frente contra a corrupção - mas não é essa a mensagem de FHC, nem do PSDB. A proposta de uma frente em torno das 'reformas' que aí estão - além, de ser capenga, por não oferecer resposta à crise de legitimidade que erode nossas instituições - parece-me inviável enquanto capacidade de aglutinação de forças e interesses políticos, e insustentável enquanto prospecto de governo. As Diretas Já significam uma saída diversionista para o que com a maior URGÊNCIA E COMPETÊNCIA deveria estar sendo construído; aliás, para a única saída que me parece consistente e consequente nesta conjuntura, seja para o PSDB, seja para qualquer outro partido relevante que pretenda contribuir para a reconstrução deste país. Saída essa, que eu visualizo como a garantia do processo legal e constitucional dessa transição governativa (com Temer ou sem Temer) e o aproveitamento da pequena brecha de tempo e oportunidade que se abre até as eleições de 2018 para formular, por atos e posturas pertinentes e compatíveis, uma plataforma para o enfrentamento, conjunto da crise de legitimidade (com medidas efetivas de reconstrução institucional) e de gestão que estamos enfrentando; uma plataforma, capaz de atender à demanda de moralização da vida pública (ou seja de combate ao crime em todos os níveis da sociedade, assegurando-nos segurança pública e jurídica) de par com um projeto de governo capaz de, por baixo, na estrutura capilar da sociedade brasileira, REFACTUAR as bases do nosso

desenvolvimento socio-econômico. Com certeza, na eventual renúncia ou cassação de Temer, esse projeto não terá força parlamentar (neste Congresso ficha suja) para emplacar o seu mandato tampão; mas, cerrando fileiras e posições em torno de uma estrita agenda constitucional, o horizonte do possível recomendaria aproveitar a visibilidade de uma eventual eleição indireta para consolidar um protagonismo consistente e uma proposta de conteúdo republicano e democrático, social e economicamente sustentável, a ser submetido ao crivo da cidadania nas eleições de 2018.

### **O que estava realmente em jogo no julgamento do TSE – Elimar Pinheiro do Nascimento**

Postado em jun 15, 2017 - <http://revistasera.ne10.uol.com.br/o-que-estava-realmente-em-jogo-no-julgamento-do-tse-elimar-pinheiro-do-nascimento/>

[Elimar Pinheiro do Nascimento](#)



Ministros do Tribunal Superior Eleitoral – junho de 2017.

Ficamos todos indignados com o resultado do julgamento das irregularidades nas eleições de 2014, em relação à chapa Dilma-Temer. Apesar das provas “oceânicas” e evidentes, a maioria, quatro dos sete membros do tribunal, decidiu pela absolvição. Uma espécie de declaração de que em eleições presidenciais neste país vale tudo. O espetáculo não foi dos melhores, pois juntou-se a desqualificação de uns com o despudor de outros. Um espetáculo lastimável. Por isso mesmo, a indignação moral de grande parte da opinião pública brasileira foi notória. A única ressalva foi a performance do relator, e as declarações de dois dos membros do STF. Temer ganhou graças ao fato de que, desde a partida, já tinha dois votos, os dos membros recém indicados por ele. Mas não só, venceu sobretudo porque prevaleceu uma leitura particular da estabilidade. Venceu o pragmatismo.

O julgamento não considerou as provas e os depoimentos por ele mesmo aprovados. Não se tratava disso. O que estava em julgamento era outra coisa. Os que julgaram o ato apenas do ponto de vista ético ou da justiça não perceberam o que estava realmente em jogo. Independentemente dos motivos pessoais que moveram os juízes, o que estava em jogo era outra coisa: a definição da estabilidade mais importante. Alguns leitores podem até discordar, com aparente razão, e dizer que este motivo não era considerado por todos os votantes da maioria vencedora. Pode ser, mas independentemente de suas vontades, e ganhos pessoais que venham a obter com seus votos, tratava-se de um dilema, e eles optaram, conscientemente ou não, em relação a uma das alternativas.

Com isso peço ao leitor que suspenda seu justo julgamento ético. E pense friamente o que estava em jogo no processo decisório: a estabilidade permitida por meio da permanência do Presidente e ameaçada pela sua substituição por alguém desconhecido, ou a legitimidade institucional, requisito impar para se construir uma grande nação. Ou seja, o tribunal dividiu-se em dois campos, duas compreensões antagônicas de estabilidade, a do governo ou a das instituições.

A vertente vencedora considerou a estabilidade político-governamental imediata. A continuidade de Temer significava a estabilidade do governo que iniciou o processo de retirada do País

da recessão econômica. Não importa se esta ainda não está garantida, mas constitui a melhor forma de alcançá-la no curto prazo. Caso contrário, ingressaríamos em nova instabilidade. Primeiro, porque a retirada do Presidente não ocorreria de imediato, afinal ele teria direito a recursos, tanto junto ao TSE quanto junto ao STF, caso perdesse. Em seguida, ter-se-ia uma eleição indireta, cujas regras ainda não estão definidas. Na melhor das hipóteses, três meses, provavelmente seis. E nesse período a economia entraria em parafuso, com sérios riscos de que o presidente eleito não conseguisse evitar o pior. Com Temer, mesmo fraco, as chances de recuperação econômica são maiores. Embora sempre seja uma aposta de risco, sobretudo em função do que está por vir. Porém, mesmo aí, os riscos são menores. Por mais evidente que sejam as provas de que o Presidente prevaricou, furtou ou corrompeu, as possibilidades de sua retirada são poucas, tendo em vista a base que possui no Parlamento, do qual depende sua permanência. Pelo menos por enquanto. E é difícil que a perca. Salvo se o povo sair às ruas, o que parece duvidoso. Boa parte das pessoas está dividida entre manifestar sua justa indignação e o risco de ver a economia ir para o brejo.

A outra vertente votou pensando na estabilidade institucional. No prestígio e legitimidade de que as instituições necessitam, para possibilitar um rumo renovador para o país. Pensou no futuro, pensou estrategicamente, além de eticamente.

**Venceu a vertente política do pragmatismo mais radical, aquele que manda às favas não a modéstia, como disse um dos juízes, mas a consciência ética. Como alguns militares, que justificavam a tortura com o projeto do Brasil Grande Potência.**

## O julgamento no TSE: pedindo licença para uma análise jurídica

15 de junho de 2017 - <http://www.conjur.com.br/2017-jun-15/senso-incomum-julgamento-tse-pedindo-licenca-analise-juridica>

[Por Lenio Luiz Streck e Eduardo José da Fonseca Costa](#)



**Lenio Luiz Streck**  
jurista e professor

Qual a importância de um texto legal? Qual a importância da Constituição? O que vale mais: o texto legal ou a opinião pessoal do intérprete? Poder-se-ia apontar aqui vários casos em que a vontade do juiz ou do representante do Ministério Público valeu mais do que o texto legislado. Não que o texto tenha valor em si. Mas ele deve ter algum valor. Pois não? A menos que se lhe decreta a inconstitucionalidade, ou que seja ele contornado por outras cinco possibilidades ([ver aqui](#)).

Elegemos aqui o artigo 23 da LC 64/1990 (a chamada “Lei de Inexigibilidades”), objeto de grandes debates e controvérsias por ocasião do julgamento no TSE da chapa Dilma-Temer. O ministro relator do caso disse insistentemente que, embora tivesse invocado o artigo 23, jamais lançou mão dele na prática. Todavia, sua manifestação demonstra justamente o contrário: Sua Excelência incorreu naquilo que analíticos como John L. Austin chamam de *contradição performativa*, isto é, uma contradição entre o que se afirma num ato linguístico e o “saber do agir” implícito na realização desse ato. Ou seja, a letra fria do dispositivo indica a possibilidade de livre valoração das provas pelo juiz, o relator afirma que não o aplicou, mas em verdade ele escolheu unilateralmente a maneira de valorá-las. Genial, não?

Vamos ao tão prolapado artigo 23 da Lei de Inexigibilidades (pedimos que leiam *despacito*):

“O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral”.

De plano já se percebem os graves problemas que tornam dispositivo tão perigoso.

Em primeiro lugar, ele colide com o artigo 371 do CPC-2015 (“O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento”). Esse dispositivo ocupa hoje o lugar outrora preenchido pelo artigo 131 do CPC revogado, que assim dispunha: “O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na decisão, os motivos que lhe formaram o convencimento”. Como se vê, o termo “livremente” foi suprimido do sistema de Direito Processual Positivo, razão pela qual não existe mais espaço para a chamada “livre apreciação da prova”: é preciso que no plano dogmático sejam desenvolvidos critérios racionais de valoração probatória objetivamente controláveis pelas partes, sob pena de haver razões de decidir pairando dentro da consciência indevassável do juiz (obs.: o projeto do CPC veio do Senado com a simples repetição do artigo 131 do CPC-1973; por emenda de um dos autores do presente texto, alterou-se a redação, cuja justificativa se pode ver na coluna [aqui](#) na **ConJur**).

Na verdade, a proibição do chamado “livre convencimento motivado” é daquelas garantias processuais que decorreriam de uma interpretação constitucional, embora só agora apareçam explicitadas no sistema processual civil positivo vigente. Exemplos crassos são (1) a vedação da decisão-surpresa (CPC, artigo 10) (extraível do artigo 5º, LIV e LV, da CF) e (2) a necessidade de ampla fundamentação (CPC, artigo 489, parágrafo 1º) (retirável do artigo 93, X, da CF). A propósito, um dos autores do presente texto já escreveu sobre isso aqui na **ConJur** por duas vezes ([aqui](#) e [aqui](#)). Foram também citados Rui Espindola ([ler aqui](#)) e Alexandre de Castro Nogueira, com seu livro *Decisão Judicial na Justiça Eleitoral*, da Editora Juruá (p.204), cuja leitura se recomenda. Ainda, Leonardo Carneiro da Cunha ([leia aqui](#)).

Poder-se-ia argumentar que o artigo 23 da LC 64/1990 traz uma regra especial anterior e o artigo 371 do CPC/2015 uma regra geral posterior; nesse caso, não haveria revogação: *lex posteriori generalis non derogat priori specialis*. No entanto, não se pode olvidar a regra do artigo 15 do CPC atual: “Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente”. Note-se que a aplicação do CPC/2015 ao

processo eleitoral se faz de modo tanto *subsidiário* (i.e., em caso de *lacunas* da lei processual eleitoral) quanto *supletivo* (i.e., de forma *complementar*). Portanto, o juiz eleitoral não está isento de explicitar em sua decisão a criteriologia racional com base na qual valorou as provas e de, com isso, permitir que as partes impugnem objetivamente a valoração realizada.

É bem verdade que o TSE editou a Resolução 23.478/2016, que “*estabelece diretrizes gerais para a aplicação da Lei nº 13.105 de 2015 – Novo Código de Processo Civil – no âmbito da Justiça Eleitoral*”. Nela está prescrito no parágrafo único ao artigo 2º que “a aplicação das regras do Novo Código de Processo Civil tem caráter supletivo e subsidiário em relação aos feitos que tramitam na Justiça Eleitoral, desde que haja compatibilidade sistêmica” (d. n.). Contudo, abstraindo-se a (i)legitimidade da ressalva, não se divisa qualquer particularidade que torne o âmbito processual eleitoral “quimicamente dependente” do chamado “princípio do livre convencimento motivado”.

Ademais, poder-se-ia também argumentar que a regra do artigo 23 da LC 64/1990 é hierarquicamente superior à regra do artigo 371 do CPC/2015, razão por que também não haveria revogação: *lex inferiori non derogat legi superiori*. No entanto, nada impede a aludida revogação. O parágrafo 9º do artigo 14 da CF-1988 (com a redação dada pela Emenda de Revisão 04/1994) exige edição de lei complementar federal apenas para o estabelecimento de outros casos de inelegibilidade não previstos no texto constitucional:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Para que se estabeleçam regras de Direito Processual Eleitoral, basta que se edite lei ordinária federal (CF/1988, artigo 22, I). Assim, o artigo 23 da LC 64/1990 é expressão de um “excesso de forma legislativa”, pois deveria constar de texto de lei ordinária, não de lei complementar. Ou seja, o sapateiro foi muito além das chinelas. Daí por que a doutrina sempre alertou que, “quando a lei complementar extravasa o seu âmbito de validade, para disciplinar matéria de competência da lei ordinária da União, é substancialmente lei ordinária” (BORGES, José Souto Maior. Eficácia e hierarquia da lei complementar. *Revista de Direito*

*Público* 25, p. 98). No mesmo sentido: ATALIBA, Geraldo. *Lei complementar na Constituição*. São Paulo: RT, p. 35-36. Esse entendimento, aliás, já fora consagrado no STF desde o julgamento da ADC 01-DF, cujos autos foram relatados pelo ministro Moreira Alves.

Uma vez admitida a aplicação do artigo 331 do CPC/2015 ao processo eleitoral, chega-se a outra conclusão: suprimiu-se do sistema a possibilidade inquisitiva de o juiz atentar “a atos e circunstâncias constantes dos autos não indicados ou alegados pelas partes”. Ou seja, ao objeto do processo só são aportadas as questões fáticas levantadas pelas partes, sem que nessa matéria o juiz possa ampliá-lo. É bem verdade que o artigo 23 da LC 64/1990 obriga o tribunal a atentar oficiosamente “para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes”, desde “*que preservem o interesse público de lisura eleitoral*” (d. n.). Lembre-se que, na Justiça Eleitoral, para além de interesses egoísticos, tutela-se primordialmente uma *macroinstituição* chamada “*lisura das eleições*”, pilar central da democracia representativa, que se fragmenta em *microinstituições* como “isonomia entre os candidatos”, “moralidade das eleições” e “proteção da vontade do eleitor” (obs.: *instituições* nada mais são do que entidades [e.g., organizações públicas, escolas, museus], bens [e.g., patrimônios histórico e artístico, meio ambiente], relações [e.g., família, casamento], valores [e.g., fé pública, veracidade da propaganda, lealdade concorrencial, moralidade administrativa], agrupamentos [p. ex., comunidades tradicionais], hábitos [e.g., tradições, festas, costumes], utilidades [e.g., saúde, esporte, segurança, educação] e normas [e.g., lei, Constituição], cuja preservação estrutural e cujo bom funcionamento são indispensáveis à identidade e à própria existência de uma determinada sociedade e ao bem-estar de seus cidadãos). Nesse sentido, o processo eleitoral caracteriza-se não só por uma forte nota de *supraindividualidade*, mas de *supragrupalidade* (afinal, não diz respeito a um grupo ou uma coletividade específica, mas a toda a sociedade). Todavia, a tutela do chamado “interesse público de lisura eleitoral” nada mais é do que a tutela de um direito subjetivo difuso, que é “direito subjetivo sob titularidade indeterminada” ou “não subjetivado”, cuja satisfação em juízo só se pode fazer a requerimento de quem tem legitimidade ativa para tanto: o MP (CF, artigo 129, III). Portanto, o artigo 23 da Lei de Inexigibilidades cria uma usurpação funcional, pois imputa à autoridade judicial atribuição típica do Ministério Público Eleitoral. Pior: arranca o “im” da imparcialidade [= imparcialidade = não atuar

como parte = ser funcionalmente neutro], atirando o juiz no mesmo patamar daqueles que se interessam *ex ante* pelo desfecho que será dado à causa. Em suma, o juiz se torna um “promotor eleitoral fantasiado com toga”.

É cediço que o STF julgou o dispositivo constitucional (ADI 1.082/DF, rel. min. Marco Aurélio). O STF errou. Mas é sabido também que há decisões (como a que [relatada aqui](#)) que assustam a comunidade jurídica e que se repetem nos quatro cantos do país. Como se não fossem o suficiente, sobrevém o caso da chapa Dilma-Temer, em que o TSE quase abre perigoso precedente, por força do qual os processos jamais teriam fim, reforçando temerariamente o inquisitivismo judicial na Justiça Eleitoral. É a isto que a comunidade jurídica não dá a devida importância, talvez porque a doutrina se comporte como profeta do passado: *apenas descreve o que a jurisprudência diz e a isso não se opõe*. Por isso, em vez de “torcer” pela cassação da chapa, a comunidade jurídica deveria pensar no que isso representa(ria) em termos de direitos (d)e garantias processuais.

O artigo 23 é um jabuti posto na legislação eleitoral. *Afinal, qual a razão de a prova em matéria eleitoral ser mais “flexível” e menos exigente em termos garantísticos do que as demais áreas?*

Portanto, das duas uma: ou se aplica o CPC como forma de trazer garantias efetivas aos contendores no processo eleitoral (com respeito pleno aos ditames constitucionais), ou não se aplica. *Tertium non datur*. Mas, neste caso, também não se pode aplicar “as partes boas”, por assim dizer, como o poder de o relator (artigo 932) resolver monocraticamente os recursos. Ou a aplicação é em um todo coerente e íntegro (CPC, artigo 926), ou não se poderá fazê-lo *ad hoc*.

Atenção: não parece paradoxal que, para a discussão acerca de uma nota promissória ou uma cláusula de um contrato de *leasing* se tenha a garantia da não surpresa, com o reforço dos artigos 371, 489, 026 e 927, e, ao mesmo tempo, mantenhamos o poder de julgamento por livre apreciação de prova e por presunções justamente na atividade mais importantes de uma democracia: uma eleição? Para dirimir um problema de divisão de um terreno, todas as garantias de contraditório etc.; já *para o processo eleitoral, a possibilidade de a parte ser surpreendida e até mesmo de o juiz julgar por coisas que só ele percebeu, a partir da sua intuição ou algo correlato...* Afinal, o que é uma presunção? Como aferir isso? Se o poder emana do povo, não tem de se dar mais valor ao voto popular do que às presunções pessoais?

É por tais razões que questionamos a validade do artigo 23 da LC 64. A OAB (já que, por óbvias razões, o MP nada fará) deve urgentemente discutir a constitucionalidade e/ou incompatibilidade com os artigos 10 e 371 do novo CPC. A comunidade jurídica e os tribunais devem se preocupar com isso. Não podemos tratar esse assunto de forma emotivista. As palavras da lei importam e é por isso que devemos nos importar com tudo isso, para imitar uma frase de E.P. Thompson.

### **Marcha para Jesus não confia nos**

#### **políticos e defende respeito aos homossexuais nas escolas**

[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/16/politica/1497624155\\_222166.html?id\\_externo\\_rso\\_c=FB\\_CC](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/16/politica/1497624155_222166.html?id_externo_rso_c=FB_CC)

**Levantamento durante evento evangélico em São Paulo mostra matizes em discurso sobre gênero**

**MARINA ROSSI - São Paulo** 16 JUN 2017 - 13:06 BRT



Marcha para Jesus no centro de São Paulo. PAULO WHITAKER REUTERS

Todos os anos, milhares de fiéis se reúnem em São Paulo no dia do feriado de Corpus Christ para celebrar a fé. Denominada Marcha para Jesus, é convocado pela igreja Renascer em Cristo, a terceira maior denominação neopentecostal do país e uma das mais conservadoras entre as evangélicas. Na última edição, que reuniu 2 milhões nesta quinta-feira segundo os organizadores (não houve estimativa da polícia), foi realizado um levantamento inédito que mostra o perfil dos participantes da evento. E ao contrário do que poderia apontar o senso comum, as opiniões desses fiéis tem mais matizes com respeito à questão de gênero e de direitos das minorias LGBT do que o alinhamento fechado da influente bancada evangélica no Congresso, [composta por 75 deputados federais e três senadores](#).

### **MAIS INFORMAÇÕES**

- [A fé evangélica e a política: aposta à direita traz riscos](#)
- [A periferia de São Paulo muda seu voto e rejeita o candidato do PT](#)
- [Queda de braço entre Crivella e escolas de samba ameaça o Carnaval 2018 no Rio](#)

Com base em 484 entrevistas e com margem de erro de 4,5%, o estudo coordenado por professores da USP e da Unifesp encontrou que 77% dos entrevistados concordaram com a frase "a escola deveria ensinar a respeitar os gays". Esse posicionamento colide com a forte de oposição da bancada evangélica à discussão de gênero e sexualidade nas escolas, por exemplo. Outro ponto que sugere que a sintonia entre base e parlamentares pode ter falhas é quanto ao apoio às reformas da Previdência e trabalhista e também ao ajuste fiscal, a agenda básica do Governo Michel Temer, que tem apoio da bancada no Legislativo. A maior parte (86%) acha que quem começou a trabalhar cedo, deve se aposentar cedo também, sem que haja uma idade mínima para a aposentadoria, como prevê o projeto que quer mudar as regras de aposentadoria. A maioria (91%) não concorda que, mesmo em um momento de crise, é

preciso cortar gastos inclusive com a saúde e educação, como pode ser uma consequência da PEC do teto de gastos, aprovada no fim do ano passado.

Para Esther Solano, uma das coordenadoras da pesquisa, essa distância entre os resultados do levantamento e a posição dos parlamentares evangélicos mostra que os participantes da marcha não se sentem definitivamente representados pela bancada evangélica. “Será que eles de fato votam tanto assim nos pastores?”, questiona ela, que dirigiu o levantamento ao lado de Pablo Ortellado e Marcio Moretto.

De fato, pelos números, não parece haver um alinhamento automático ao estilo "voto de cabresto" ou "voto em quem o pastor mandar". A Marcha para Jesus acompanha o movimento geral de crise de representatividade já apontado em pesquisas maiores. Nenhum político mencionado pelos pesquisadores, evangélico ou não, cai nas graças dos entrevistados. A maioria (76%) disse não se identificar com nenhum deles e 66% não se considera nem de esquerda e nem de direita. Quando os entrevistadores mencionam alguns nomes, o resultado é que não confiam (57%) em Marina Silva (REDE), evangélica. Outros 54% não confiam no pastor Marco Feliciano (PSC). Também não confiam (57%) em Jair Bolsonaro (PSC), o pré-candidato à presidência que se aproximou do partido de base evangélica. O governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), que é bem próximo da Igreja Católica, não tem a confiança de 61% dos entrevistados. Apesar disso, sua ausência na Marcha deste ano foi criticada. “Alckmin não julga a marcha importante. Se julgasse, estaria aqui”, disse à *Folha de S. Paulo*, o apóstolo Estevam Hernandes, fundador da Renascer e idealizador da Marcha.

“A baixa confiança nos políticos era algo que já esperávamos, porque a sociedade brasileira como um todo está assim”, explica

Pablo Ortellado. “Mas é notável como eles não confiam também nos políticos evangélicos e católicos. Isso mostra que não é verdade que os evangélicos formam um curral eleitoral”. Esther Solano completa: “Uma resposta padrão que ouvimos ao perguntarmos sobre algum político evangélico era que ‘confiamos nele como pastor, mas não como político’”.

### **Lula em baixa e feminismo em alta**

Se a rejeição aos políticos evangélicos e cristãos é alta, a desconfiança em relação [ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva](#) escala muito mais. Disseram não confiar no petista 84% dos entrevistados.

Esse sentimento de rejeição à classe política é muito equivalente ao detectado nas manifestações promovidas pelos grupos pró-impeachment, afirmam os coordenadores do levantamento. “O preconceito faz com que a opinião ache que eles são conservadores e que o voto é de cabresto”, diz Ortellado. “Mas na realidade isso não se mostra. O perfil é muito parecido com a classe média anti-impeachment”.

Para além dos políticos, as opiniões sobre outras questões levantadas também apontam semelhança com o outro grupo que esteve na Paulista ao longo de 2015 e 2016 pedindo a saída de Dilma Rousseff e apoiando a [Operação Lava Jato](#). “De conservadores, eles são iguais aos verde e amarelos”, diz Solano, ainda que em termos de renda média (três a cinco salários mínimos, entre 2.800 e 4.600 reais) eles sejam mais pobres do que os manifestantes da Paulista. “Ou seja, os evangélicos não me parecem especialmente conservadores. São o comum da sociedade brasileira em geral. O que mais impressionou foi a composição demográfica - renda, escolaridade cor. São muito mais representativos da população brasileira”.

Os coordenadores afirmam que esperavam uma postura também conservadora em pautas morais. “Isso realmente se deu, mas com algumas surpresas”, diz Ortellado. “Afirmações sobre o direito das mulheres, como o direito de usar a roupa que quiser ou transar com quem quiser tiveram alto índice de concordância (76% e 64%). Isso mostra que a pauta feminista se enraizou definitivamente na sociedade”. A média de idade dos entrevistados era 34 anos, pouco mais da metade (55%) eram mulheres. Além disso, 90% discordam que o lugar da mulher é em casa, cuidando da família. [A ideia de que a expertise da mulher é no supermercado](#), como disse mais de uma vez o presidente Michel Temer, não cola nem mesmo no que poderia ser a parcela mais conservadora da sociedade.

O levantamento, que teve apoio da Fundação Friedrich Ebert, ainda mostrou um grupo entre 20% e 30% que concordou com afirmações mais progressistas em temas morais como direito ao aborto (21%), reconhecimento de famílias gays (33%), o direito de dois homens se beijarem em público (35%) e travestis poderem usar o banheiro feminino (19%).

### **DIRETAS - Francisco Pessoa Faria Junior**

UOL – FBOOK. 16 Junho .

Se em 2018 Lula puder se candidatar e estiver à frente nas pesquisas, o que defenderão os que hoje estão vociferando contra a proposta de FHC? Faço essa pergunta porque tenho a impressão de que grande parte dos que se opõem à antecipação da eleições (e que sejam Gerais!) o faz não por achar que uma PEC que a autorizasse seria inconstitucional, mas sim por temer a eleição do candidato do PT. Bem, entendo e compartilho desse temor. Considero Luís Inácio uma farsa, e o programa econômico do PT um desastre. Aliado à idolatria que marcam a relação de muitos eleitores de Lula, o personalismo daquele que se diz pai dos pobres (ainda que na verdade seja padrinho de ricos corruptos) e a intenção de impor censura à imprensa (o tal controle social da mídia) chego à conclusão de que a vitória de Lula em uma eleição colocaria nossa economia e democracia em risco. Mas a nossa economia e democracia já estão em risco hoje, agora. Risco

altíssimo. Temos um presidente criminoso, com um ministério criminoso, aliado a parlamentares criminosos (tanto da oposição quanto da base) querendo destruir as iniciativas tomadas para combater a corrupção. Vemos os três poderes em luta aberta, e acabamos de assistir à total desmoralização da justiça eleitoral – a probabilidade de ocorrência de anomia cresce. Reforma da Previdência? Esqueçam. E o Governo começa a dar sinais de que pode optar por políticas populistas, contrárias ao tão necessário ajuste fiscal. Por isso temos que nos perguntar: vale a pena estender este mandato? Vale a pena esperar mais um escândalo envolvendo o presidente, que vai levar a mais desmoralização dos deputados e senadores, confundidos eles próprios com as instituições democráticas? Que tipo de ideia vai se fortalecer nos próximos meses? Pergunto aos que defendem a permanência de Temer: faz sentido deixar o país ficar sangrando por medo de Lula? Se arriscar a colocar tudo a perder por medo de que venha alguém que coloque tudo a perder daqui a pouco mais de um ano? Não, não tenho certezas, longe disso. Mas estou convencido que é preciso ao menos tentar conferir legitimidade ao Executivo e Legislativo, e isso só será alcançado via eleições gerais. Vamos às urnas. Irei às ruas, conversarei com as pessoas, escreverei, lutarei pelas minhas ideias. Lutarei pela aprovação das 10 Medidas, lutarei por uma reforma tributária que taxa mais os lucros e menos os salários, lutarei por uma reforma política que diminua o valor das campanhas, lutarei por cláusulas de barreiras, lutarei por uma reforma da Previdência, lutarei pelo fim dos cartórios, pelo teto efetivo dos salários públicos, pela mudança na forma como são compostos os tribunais de contas, pela liberdade de imprensa, pelo fim do imposto sindical, pela maior eficiência dos gastos públicos. Há muito pelo o que lutar. Posso perder, mas prefiro ver meu candidato perder nas urnas do que ser impedido de votar. Abaixo, um link com artigo interessante de Carlos Melo sobre o tema. Ainda que seja mais otimista do que ele em relação à economia, concordo em grande parte com suas reflexões sobre a política.

## **Quanto tempo a democracia suportará?**

<http://carlosmelo.blogosfera.uol.com.br/2017/06/16/quanto-tempo-a-democracia-suportara/>

**Carlos Melo**

16/06/2017 02:01

Compartilhe

Imprimir Comunicar erro



Imagem: Marcelo de Jesus/UOL

O destino do PSDB não tem mais importância; a legenda demonstrou que está sincronizada com a média do sistema político nacional. Nem promessas de voltar atrás no apoio ao governo Temer são relevantes. Risíveis são as declarações de que se pautaram pela "ética da responsabilidade", pesando meios e fins em relação ao país. Triste fim de Max Weber, acabar como sofisma em bico de tucano.

Pedantismos sociológicos à parte, o maior problema é mesmo o Brasil, hoje um vazio de ideias e lideranças; deixado à sorte da crise, sem referências que possam contornar a situação. **Tão cedo, não se constituirá um centro capaz de reestruturar seu sistema político, reformando e modernizando-o. A lacuna ao centro**

**favorecerá a polarização e o populismo, o que traz riscos evidentes.**

De imediato, o que se vê é que a crise não cessará: o governo Temer é um trem descarrilhado; admite todo o tipo de concessões para se salvar e se fortalecer de modo a atropelar o que resta de instituições. Seus desmentidos não escondem intenções de que o objetivo é desqualificar os principais agentes da Lava Jato: o ministro Edson Fachin e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. "Estancar a sangria", como disse Romero Jucá.

No quadro presente, será improvável fazer reformas estruturais e conduzir ajustes fiscais relevantes. A reforma Trabalhista, por adiantada tramitação, ainda vai; mas a da Previdência tende a ficar para as calendas — dificilmente será aprovado mais que um símbolo. Ao mesmo tempo, renegociações com estados e todo tipo de interesses que possam significar proteção política agravarão a situação das contas públicas.

À existência de um teto de gastos, é justo imaginar cortes de investimentos e na área social ou aumentos de impostos. Também a economia será incapaz de um salto significativo; a aceleração, se houver, será lenta. Para investidores estrangeiros, o país ainda é melhor caminho para ganhos elevados do que os demais BRICS; mais cautelosos, nativos olham com apreensão, colocam o pé no freio. Dificilmente, o padrão de crescimento do primeiro trimestre se repetirá.

Ao mesmo tempo, no front político não há perspectiva de paz: as denúncias contra o presidente, sua equipe e aliados não cessarão; há, sem dúvida, muito potencial de desgastes. Enterrar a Lava Jato é sonho de dez em cada dez dos mais de trezentos picaretas que, em quase todos os partidos, estão envolvidos com ela. Mas, não há força para isso: bem ou mal, a sociedade reage. No mínimo, há um empate estabelecido. Para desespero de Jucá, o sistema continuará a sangrar.

O sistema de pesos e contrapesos da democracia foi afetado: o Tribunal Superior Eleitoral deu mostras de uma Justiça incapaz de

arbitrar o conflito político; houve aí o desgaste de personagens e instituições, que, pela omissão ou ação parcial, perderam credibilidade. A possibilidade de algum avanço nesse campo ficará por conta do Supremo Tribunal Federal — a última cidadela, também cercada de controvérsia.

Logo, o país não sai da sinuca tão já. As eleições do ano que vem devem ocorrer envoltas nesse ambiente — e é plausível que o país continue encalacrado mesmo depois delas. Numa atmosfera de muita incerteza, a disputa eleitoral pode ferver ao mesmo ritmo das tensões sociais, com retroalimentação de ambos. PT, Ciro Gomes, Marina Silva, Jair Bolsonaro, João Doria; nomes colocados, qual seria capaz de abrir diálogos, propor pactos e estabelecer limites às contendidas? De onde menos se espera é mesmo de onde nada vem.

**A pergunta que não pode ser negligenciada é: quanto tempo a democracia brasileira suportará? Nossas tradições não nos garantem. Ademais, democracia não prescinde de lideranças.**

O diabo é enxergar onde elas estão. A "ética da responsabilidade" exigirá coragem para mudar, posturas morais, propostas reformistas no campo político; comunicação, diálogo e firmeza. Não há espaço para sofismar.

**Carlos Melo**, cientista político. Professor do Insper.

## **MALA PRETA AOS TRÊS ANOS DA LAVA JATO**

*Fernando Gabeira*

<http://gabeira.com.br/mala-preta-aos-tres-anos-da-lava-jato/>

16.06.2017 EM BLOG

O Brasil não é para principiantes. Tantas vezes ouvimos essa frase que se tornou lugar-comum. A fase de combate à corrupção iniciada há três anos pela Lava Jato pode levar-nos a conclusões maniqueístas, do tipo bem contra o mal, republicanos contra patrimonialistas.

Olhando de perto, a frente que se coloca contra o trabalho da Lava Jato é muito mais ampla do que o grupo dos grandes partidos que articulam para destruí-la, no governo e no Congresso.

Líder entre os juízes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que absolveram a chapa Dilma-Temer, apesar das provas, Gilmar Mendes fixou-se num argumento importante: o da estabilidade. Quem a rejeita, num país com 14 milhões de desempregados? O argumento de estabilidade deveria sempre estar sobre a mesa.

No entanto, conforme mostrou Bolívar Lamounier, em intervenção recente, um julgamento visto por todo o País no qual se enterram as provas é um fator de instabilidade. Cava um novo fosso entre a sociedade e as instituições, revelando uma Justiça Eleitoral, pouco conhecida até então, como um artefato de outra galáxia.

Em outra posição dentro da grande frente adversária estão os responsáveis, jornalistas próximos ao Planalto e o próprio PSDB, que saltou para a enganadora maciez dos cargos no governo.

Interessante classificar os que pedem a queda de Temer como irresponsáveis. Já que estamos usando a palavra, é bom lembrar que não somos presidentes nem recebemos um empresário investigado à noite, sem anotação na agenda, usando senhas no portão de entrada.

Não nos parece responsável um presidente que mantém aquele tipo de diálogo, tarde da noite, com o dono da Friboi. Tampouco parece responsável designar como interlocutor do empresário Joesley Batista um assessor especial que, horas depois, é filmado carregando a mala com R\$ 500 mil.

Para ficar no universo mínimo de uma só palavra, a irresponsabilidade decisiva foi de Temer. Supor que três anos depois da Lava Jato não só tudo terminaria em pizza, como o dinheiro da propina seria pago diretamente na Pizzaria Camelo.

Foi Temer sozinho que arruinou suas chances de conduzir as reformas e jogou para fora da pinguela uma grande parte da sociedade, já constrangida com ela, mas vendo-a como a única saída momentânea. A maioria tem o direito de rejeitar um presidente que se envolve em práticas tão suspeitosas. De achar que ele deva ser investigado, mas que os dados já expostos o desqualificam para o cargo.

Neste instante, a pergunta dos que defendem a instabilidade: se Temer cair, não pode ser pior, o caos não tomaria conta? A hipótese das diretas é bom tema para uma pajelança, mas não é uma proposta viável, na medida em que sua aprovação depende do Congresso.

Não tenho ilusões sobre um presidente eleito pelo atual Parlamento. Também ele seria escolhido com base numa promessa de neutralizar a Lava Jato. Independentemente de seu perfil, ele terá, de alguma forma, de comandar a frente contra as investigações.

Lula cumpriu o seu papel, a cúpula do PMDB e o presidente do PSDB também o cumpriram. Nesse particular, até o momento foram derrotados.

Temer está em guerra aberta contra a Lava Jato. Usa a mesma tática de Lula contra Moro. Agora o general a abater nas hostes adversárias é o ministro Edson Fachin. Esta semana surgiu a notícia de que Temer teria usado a Abin para investigar a vida de Fachin, descobrindo seus pontos fracos. Atribui-se a notícia a um assessor de Temer. Se isso foi mesmo assim, fico em dúvida se ele queria atingir seu chefe ou deixar no ar uma suspeita sobre Fachin. Na Câmara, um dos veteranos da batalha Eduardo Cunha, o deputado José Carlos Marin, tornou-se vice-líder do governo. E disse que é perfeitamente legal a Abin investigar um ministro do STF.

Marin e outros veteranos da batalha de Cunha articulam uma CPI da JBS e o objetivo principal é levar Fachin para depor. Fachin é o Moro de Temer, até que Temer caia do governo nos braços do próprio Moro.

Estranha estabilidade a que nos oferecem os defensores da presença de Temer. Nos tribunais as provas não valem. Durante as investigações também pouco importam: em vez de se defenderem, os acusados passam a atacar os investigadores.

A máquina do Estado volta-se agora contra as instituições que realmente estão trabalhando com seriedade, desvelando o esquema continental de corrupção. Temer assumiu a mesma tática de Lula. E sem nenhuma combinação prévia se prepara para gastar dinheiro com um pacote de bondades que o tire do isolamento de hoje. Nem os próprios defensores da estabilidade econômica pensavam num desdobramento como esse.

Quando se desenha uma estabilidade com um presidente na corda bamba, as pretensões, mesmo legítimas, vão esbarrar a cada instante na sua própria negação. Ao invés do termo estabilidade, para conservar o que já existe, prefiro uma expressão para mudar o que está aí: equilíbrio dinâmico.

Se Temer incorreu em crime, ele precisa sair. Um novo presidente, eleito pelo Congresso, fará parte do mesmo bloco contrário ao da sociedade que apoia a Lava Jato. Mas como seria o último a tentar a batalha final, talvez tivesse algum cuidado – nessa guerra já caíram alguns dos principais expoentes da política brasileira. Num ano eleitoral existe uma chance de a sociedade controlar um pouco mais o Parlamento e o presidente escolhido por ele.

Não é um futuro dos sonhos. É um caminho difícil no rumo das mudanças, mas é o que a Constituição nos oferece. Teremos muito

ainda que suportar. Mas será um fardo menor que enterro de provas nos tribunais e guerra contra investigações que podem destruir o gigantesco esquema de corrupção.

Por enquanto, vamos assistir à guerra de Temer contra a Lava Jato. Apertem, pois, os cintos: o que chamam de estabilidade nós chamamos de turbulência.

Artigo publicado no Estadão em 16/06

### Temer libera R\$ 1 bilhão em emendas durante crise política

Neste último mês, 94% das emendas parlamentares foram empenhadas e um terço das emendas que tinham sido autorizadas em exercícios anteriores foi quitado

16 jun 2017 - <http://exame.abril.com.br/brasil/temer-libera-r-1-bilhao-em-emendas-durante-crise-politica/>

more\_horiz



O repasse desse volume de recursos a deputados e senadores já estava previsto (Ueslei Marcelino/Reuters)

---

Brasília – Desde que a delação do Grupo J&F – controlador da JBS – veio à tona, em 17 de maio, o **governo** liberou quase R\$ 1 bilhão

em emendas parlamentares, a maior parte para a sua base aliada no Congresso.

#### PUBLICIDADE

O repasse desse volume de recursos a deputados e senadores já estava previsto e a liberação coincidiu com o agravamento da crise política.

Para arregimentar apoio à reforma da Previdência – projeto considerado crucial pelo Planalto -, a Secretaria de Governo da Presidência, responsável pela articulação com o Congresso, já tinha pedido a antecipação do pagamento de R\$ 1,8 bilhão em emendas parlamentares para conseguir reverter o placar desfavorável ao projeto na Câmara. A previsão era de desembolso de R\$ 1 bilhão em abril e R\$ 800 milhões em maio.

Levantamento feito por consultores do Orçamento no Congresso, a pedido do Estado, mostra, porém, que a liberação de verbas de emendas ocorreu de fato no período posterior à delação premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Com base na delação, o presidente Michel Temer passou a ser investigado em inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) pelos crimes de corrupção passiva, obstrução de Justiça e organização criminosa.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se prepara para apresentar denúncia contra o presidente. O STF só poderá julgar a acusação formal caso obtenha uma autorização de 2/3 da Câmara, ou 342 deputados.

Segundo o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, uma nova rodada de pagamentos será feita até o fim do mês. No ano, estão previstos R\$ 6,3 bilhões no Orçamento para emendas parlamentares.

Para o Planalto, a preservação da base de apoio no Congresso e a manutenção da agenda de reformas são fundamentais para que a gestão Temer supere a sua mais aguda crise.

Imbassahy negou que o aumento dos repasses tenha relação com a delação da J&F. “Não tem nenhuma orientação para pagar nem mais nem menos”, disse. De acordo com ele, a liberação de recursos está seguindo “uma sequência normal”.

“As emendas são impositivas e, portanto, com execução obrigatória. À medida que os ministérios informam para a secretaria que um projeto já foi fiscalizado, estamos liberando o pagamento, dentro do limite orçamentário.”

O levantamento foi feito com base no Siafi – sistema que acompanha as contas do governo em tempo real. Entre 17 de maio e 13 de junho foram liberados R\$ 486,4 milhões em restos a pagar (valores de outros anos) e mais R\$ 467,5 milhões empenhados (compromissos de pagamentos), somando um total de R\$ 953,6 milhões em recursos para deputados e senadores em quase um mês, metade do que foi autorizado desde o início deste ano.

Neste último mês, 94% das emendas parlamentares foram empenhadas e um terço das emendas que tinham sido autorizadas em exercícios anteriores foi quitado.

Segundo os consultores do Congresso, a liberação de recursos deve se intensificar nas próximas semanas. Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas.

O pagamento desses valores é visto como moeda de troca entre o Planalto e o Legislativo, e costuma ser usado pelo governo para garantir apoio no Congresso.

O dinheiro é o principal recurso destinado aos parlamentares para que eles possam viabilizar obras e benfeitorias em seus redutos eleitorais.

### **Impeachment**

No ano passado, a ex-presidente Dilma Rousseff usou do mesmo artifício para tentar barrar o impeachment no Congresso. Somente nos primeiros dias de maio, ela empenhou R\$ 1,4 bilhão em emendas para deputados e senadores, quase a totalidade do que havia liberado no acumulado de 2016 até maio.

O afastamento de Dilma, porém, foi aprovado pelos senadores em 12 de maio. Ao assumir a Presidência, Temer continuou com o ritmo acelerado de liberação de verbas e empenhou outros R\$ 2,4 bilhões no restante de maio.

A maior parte dos recursos liberados até agora tem como foco deputados e senadores da base do governo. Os dez parlamentares que encabeçam o ranking das emendas empenhadas são do DEM, PMDB, PP e PR, todos partidos aliados de Temer.

O deputado que recebeu o maior valor foi Marco Rogério (DEM-RO), cotado a relator da provável denúncia contra o peemedebista e relator do pedido de cassação de Eduardo Cunha. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.